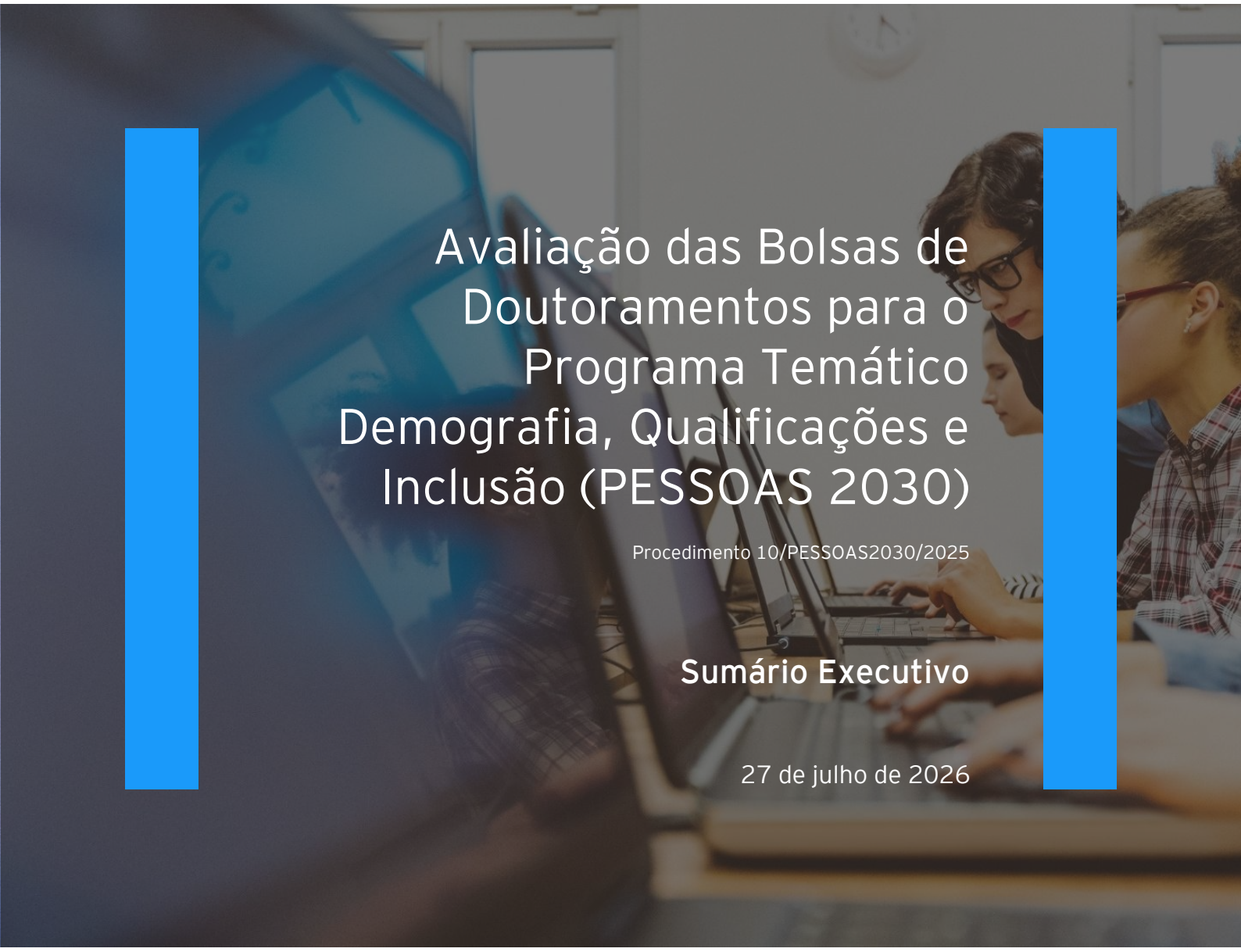


Avaliação das Bolsas de Doutoramentos para o Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão (PESSOAS 2030)

Procedimento 10/PESSOAS2030/2025

Sumário Executivo

27 de julho de 2026

Entidade Adjudicante

Entidade adjudicatária responsável pela avaliação

Cofinanciado por:

Promotores





Autoria

EY-Parthenon

Coordenação global

Sandra Primitivo

Paulo Madruga

Especialistas

Ana Caetano

Manuel Reis

Rui Faustino

Vítor Escária

Equipa Técnica

Francisco Maria Pereira

Joana Canada

João Vieira

Teresa Castel-Branco

1. Objetivos, âmbito e objeto de avaliação

1. Esta avaliação tem como objeto os apoios às Bolsas de Doutoramento financiados no âmbito do PT 2020 e PT 2030, entre 2014 e 2024, e tem como principal finalidade perceber o contributo desses apoios para o aumento da percentagem da população adulta com este nível de ensino e seus efeitos em termos do tecido produtivo e empresarial, administração pública e mercado de trabalho em geral. Pretende avaliar: i) O papel dos fundos europeus no reforço da "pool" de ativos altamente qualificados e que são indispensáveis para o desenvolvimento e consolidação do sistema de Investigação, Inovação e Desenvolvimento do país e, em particular, dos territórios menos desenvolvidos; ii) As estratégias para atrair estudantes para doutoramentos em ambiente não académico, enquanto forma de estimular uma maior transferência de conhecimento para o tecido produtivo e iii) Os efeitos dessas estratégias nas taxas de doutorados em emprego não académico.
2. Enquadram-se nesta avaliação 8 Avisos de Concurso lançados pelos programas temáticos (POCH no Portugal 2020 e PESSOAS no Portugal 2030) e peos programas regionais do Norte, Centro e Alentejo.
3. O Caderno de Encargos (CE) estabeleceu um conjunto de critérios, questões de avaliação (QA) e sub-questões de avaliação (sub-QA), que orientam a análise a realizar. A Figura 1 identifica as QA.

Figura 1. Questões de Avaliação respondidas no presente estudo

Questão de Avaliação
Relevância
QA1. Em que medida os apoios definidos e concretizados foram/são adequados e coerentes com as necessidades diagnosticadas no âmbito dos Doutoramentos?
Coerência (interna)
QA2. Em que medida as diferentes componentes das ações funcionam em conjunto, considerando os objetivos definidos?
Coerência (externa)
QA3. Em que medida as diferentes intervenções no âmbito da política ou políticas em questão, orientadas para objetivos comuns, interagem e funcionam
Eficiência
QA4. A dimensão financeira, as formas de financiamento e os instrumentos de apoio adotados foram/são adequadas e suficientes para fazer face aos objetivos da política pública em causa
QA5. Face ao conjunto de realizações e resultados obtidos nas intervenções durante o PT2020 e aquelas que se verificam no PT2030, como se avalia a mobilização de recursos empregues durante as intervenções?
Eficácia
QA6. As intervenções realizadas alcançaram os objetivos específicos no âmbito da programação do PT2020 e PT2030? Como foram atingidos esses resultados?
QA7. Em que medida os compromissos atuais permitem alcançar os objetivos específicos fixados nos diferentes períodos de programação?
Impacto
QA8. Quais são os efeitos globais dos apoios às bolsas de doutoramentos?
QA9. Como é que as ações apoiadas produziram mudanças no contexto socioeconómico, dando resposta às necessidades identificadas, nomeadamente no que diz respeito à formação ao longo da vida e efeitos no mercado de trabalho de adultos?
Sustentabilidade
QA10. Em que medida em que os efeitos da intervenção perduram ao longo do tempo.
Valor Acrescentado Europeu
QA11. Qual o valor adicional resultante da intervenção dos Fundos Europeus no contexto nacional no âmbito das bolsas de doutoramento?

2. Metodologia

3. A presente avaliação utiliza os métodos de Avaliação Baseada na Teoria (ABT) conjugados com a Avaliação de Impacto Contrafactual (AIC). A complementaridade entre os dois métodos é virtuosa: se as AIC permitem medir os efeitos atribuíveis (líquidos) às intervenções e maior robustez da atribuição da causalidade, a ABT aporta maior capacidade explicativa da forma como se opera a mudança e para quem funcionam as intervenções.

4. A abordagem metodológica mobiliza um conjunto alargado de métodos qualitativos e quantitativos subordinados à Teoria da Mudança – cuja elaboração constituiu o primeiro passo metodológico e foi validada num *workshop* realizado para esse efeito - de modo a capturar a perspetiva dos vários atores envolvidos (Bolseiros, Entidades de Acolhimento, Tecido empresarial, executores e gestores da política), a compreender os mecanismos causais que unem as várias etapas, e testar o alcance de resultados do Programa de Formação Avançada.

5. A recolha e análise documental incidiu sobre um extenso conjunto de **documentos** programáticos, estratégicos e procedimentais, incluindo materiais disponibilizados pela AG e FCT e documentos recolhidos diretamente pela equipa de avaliação, listados no capítulo 6 do presente Relatório. Adicionalmente foi realizado um exercício de **benchmarking internacional** que permitiu enquadrar o panorama europeu no que respeita à Formação Avançada. Envolveu uma análise comparativa do caso português com a Espanha, pela sua proximidade cultural e geográfica, e com a Alemanha, pela sua liderança nesta temática. Foram analisados diversos indicadores, permitindo aferir o posicionamento atual (e a respetiva evolução temporal) dos três países face à média europeia e a evolução destes indicadores (Anexo 7.8).

6. A auscultação incluiu a preparação, lançamento e acompanhamento dos **dois inquéritos**:

   - Inquérito a bolseiros e ex-bolseiros: Visando obter a perspetiva destes beneficiários sobre o instrumento e a sua situação atual relativamente ao emprego, foi enviado a 7.883 bolseiros no dia 14 de outubro de 2025 e encerrado no dia 26 de novembro com 1406 respostas completas, atingindo uma margem de erro de 2,37% para um intervalo de confiança de 95%.

   - Inquérito a instituições com atividade de I&D: Pretendeu no essencial recolher informação sobre a implementação dos apoios às bolsas, avaliar o respetivo alinhamento com as necessidades do tecido económico e do SCTN, analisar a capacidade de acolhimento e de valorização do conhecimento produzido, aferir a articulação destes instrumentos com outros com objetivos semelhantes ou complementares. O inquérito abrangeu todas as instituições listadas no IPCTN de 2023 que autorizaram a partilha de contactos, sendo enviado a 2.776 entidades no dia 22 de outubro de 2025. Face à baixa taxa de resposta, o prazo de foi sucessivamente prolongado, tendo encerrado em março de 2026. Foi alcançada uma taxa de resposta de 8%, com 233 respostas que implicam uma margem de erro de 6% para o conjunto dos inquiridos.

7. Foram realizadas **13 entrevistas**, recolhendo perspetivas das Autoridades de Gestão, da FCT, das IES, dos empregadores empresariais, dos bolseiros e seus representantes e ainda de outros responsáveis pelas políticas de inovação.

8. Foram realizados 6 **Estudos de Caso** (EC) tendo por base uma pré-seleção de modo a cobrir as 3 regiões menos desenvolvidas e as várias modalidades de bolsas, como a bolsa em ambiente não académico, a bolsa em ambiente académico e em instituição de acolhimento internacional (Bolsa mista). A seleção procurou identificar Casos críticos e casos de desvio que permitissem uma análise comparativa de acordo com as características comuns e distintivas. O Relatório conta, assim, com 5 EC Institucionais, dos quais dois no Norte, dois no Alentejo e um na Região Centro e um EC individual realizado em parte numa instituição de acolhimento internacional.

9. Os vários métodos de recolha descritos (Inquéritos, Entrevistas e Estudos de Caso) foram balizados por cinco ***Focus Group/Workshops:*** o primeiro visou a consensualização da Teoria da Mudança, o segundo incidiu sobre o modelo de governação e eficiência operacional, tendo sido realizado mais um em cada região para apresentação e discussão dos resultados da avaliação.

10. A avaliação contrafactual assentou numa estratégia pragmática, estruturada em três cenários complementares, definidos para garantir a comparabilidade entre grupos e maximizar a robustez das estimativas face às restrições operacionais de dados, e adaptados a cada dimensão de análise. Em concreto, adotaram-se os seguintes cenários:

    - Cenário 1 – Análise Abrangente ("Todos os Inscritos"): inclui a totalidade dos indivíduos que iniciaram o programa de bolsa, independentemente de terem prosseguido além do primeiro ano. Este cenário captura o efeito global da intervenção, considerando tanto o impacto sobre a progressão académica como a possível atuação preventiva da bolsa no abandono precoce. Os resultados deste cenário permitem avaliar o impacto geral das bolsas na população de doutorandos.

- Cenário 2 – Análise Restrita ("Inscritos até um dado ano"): segmenta a população em coortes definidas pelo ano de inscrição, permitindo avaliar como o impacto das bolsas varia em função da antiguidade dos apoios e do tempo decorrido desde a sua concessão. Este cenário é particularmente relevante para capturar possíveis efeitos heterocrónicos da intervenção.

- Cenário 3 – restringe a análise exclusivamente a indivíduos que completaram o doutoramento. Este cenário permite avaliar os efeitos das bolsas sobre indicadores de qualidade e trajetória pós-conclusão (tempo de conclusão, inserção laboral, rendimentos) condicionados à realização bem-sucedida do programa. Embora esta abordagem introduza seleção amostral (excluindo aqueles que não completaram), proporciona informação valiosa sobre o impacto das bolsas no desempenho dos indivíduos que efetivamente concluem o doutoramento. Os resultados relacionados com tempo até obtenção de emprego derivam especificamente deste cenário.

11. Para reforçar a comparabilidade entre bolseiros (tratados) e não bolseiros (controlos), recorreu-se a Emparelhamento por Pontuação de Propensão (PSM), por permitir sintetizar informação multidimensional das covariáveis num score único, facilitando o *matching* em amostras com múltiplos atributos e preservando dimensão amostral e poder estatístico, quando comparado com alternativas que exigem discretização prévia intensiva das covariáveis.

12. O emparelhamento foi executado por *nearest neighbor* 1:1. Em termos operacionais, para cada indivíduo tratado foi selecionado o indivíduo de controlo com propensity score mais próximo. O procedimento resultou num conjunto emparelhado integral de tratados e controlos (1:1), permanecendo as observações excedentárias do controlo fora do matching, como seria expectável dada a desproporção inicial entre grupos.

13. Após a definição dos grupos de tratamento e controlo, procedeu-se à estimação do impacto, considerando a natureza dos desfechos e a estrutura seccional dos dados disponíveis.

Limitações

14. Para além da auscultação, esta avaliação assentou fortemente na recolha e análise de dados, em particular os dados que permitiram caracterizar o universo de bolseiros apoiados. O período de avaliação abrange 8 avisos de concurso lançados pelas AG, sendo que em sete desses avisos a FCT é o beneficiário e lança subsequentemente concursos para bolseiros. Neste contexto, as AG dispõem de informação sobre os avisos de concurso e das candidaturas aprovadas e controlam a execução destas operações do ponto de vista financeiro e a FCT detém a informação sobre os bolseiros apoiados pelo instrumento objeto de avaliação (e, da mesma forma, sobre os outros bolseiros), centrando-se no objetivo de controlo das bolsas e respetivos pagamentos em cada momento.

15. O processo avaliativo confrontou-se com a necessidade de efetuar múltiplas extrações da informação necessária por parte da FCT. A interpretação e tratamento da base de dados de bolseiros apoiados que suportou a avaliação revelou um conjunto de limitações técnicas e operacionais, das quais se destacam:

    - A duplicação de registos de bolseiros apoiados, decorrente da possibilidade de uma mesma bolsa ser financiada por vários programas, exigindo a consolidação da base ao nível do bolseiro;

    - As bolsas especiais COVID-19 colocaram dificuldades adicionais na definição do período efetivo de apoio, por corresponderem a prolongamentos de bolsas em curso e nem sempre estarem associadas, na base inicial, à bolsa original, implicando novas extrações e a ligação manual entre bases para evitar a distorção dos períodos efetivos de apoio considerados;

    - Ausência de informação que permitisse caracterizar os bolseiros apoiados no Aviso NORTE-69-2015-15;

    - Inexistência de informação sistematizada sobre o alinhamento das bolsas com a RIS3, impondo um processo de classificação manual;

    - Incoerências pontuais nas datas de início e fim de bolsas e na data de obtenção do grau, que exigiram procedimentos adicionais de validação, limpeza e correção da base de dados;

    - A informação relativa à procura dirigida aos concursos individuais da FCT e ao universo total de bolseiros apoiados não incluiu o apoio a Programas Doutorais, que tiveram uma execução relevante no início do anterior quadro de programação, limitando uma avaliação integral da relevância do instrumento face ao total de inscritos em doutoramento e a análise da concentração dos apoios por área científica, região ou perfil do bolseiro;

    - Não foi possível obter informação sobre o universo dos bolseiros de doutoramento (apoiados ou não pelo instrumento) no período em análise, limitando a capacidade de relativizar corretamente a importância deste instrumento no universo português ao longo do tempo.

16. Acrescem limitações relacionadas com a disponibilidade e a estrutura de outras fontes de informação críticas para a análise contrafactual:

    - Cobertura temporal das bases "EES Inscritos doutorado", que registam a presença dos indivíduos em cada ano letivo sem permitir a reconstrução completa e contínua dos percursos académicos ao longo do doutoramento. Em particular, a ausência de um registo num determinado ano traduz-se simplesmente na não inscrição nesse período, não sendo possível identificar diretamente a natureza dessa interrupção (e.g., desistência ou congelamento/suspensão), o que obriga à sua inferência com base em padrões de presença e ausência nos dados;

    - Ausência de acesso à base de dados de candidaturas aos programas de doutoramento e às bolsas da FCT, inviabilizando a identificação do grupo de controlo "ideal" (indivíduos que se candidataram e não foram apoiados) e condicionando a análise de efeitos específicos sobre decisões de candidatura, inscrição e desistência;

    - Condicionantes associadas ao Inquérito aos Doutorados (CDH), que abrange exclusivamente indivíduos que concluíram o doutoramento, sendo metodologicamente compatível apenas com análises condicionadas à conclusão. Adicionalmente, a elevada taxa de não-resposta em várias secções e a utilização de lógicas de salto (*skip patterns*) geram padrões de dados omissos "*by design*" e não aleatórios, reduzindo a cobertura de algumas variáveis e dificultando a comparabilidade entre indivíduos.

    - Após a construção da base de dados dos bolseiros efetuada pela equipa com base nos dados disponibilizados pela FCT, foi necessário que a DGEEC introduzisse a mesma no seu sistema para possibilitar a realização dos trabalhos associados ao contrafactual nas suas instalações. A necessidade de anonimização dos dados pessoais e de cruzamento com outras bases de dados residentes viabilizou a realização do exercício mas num espaço temporal ampliado face ao previsto inicialmente na programação.

17. Estas limitações tiveram impactos operacionais relevantes no desenvolvimento dos trabalhos, exigindo múltiplas diligências adicionais para clarificar incongruências, validar informação e, sempre que necessário, proceder a novas extrações do SI da FCT.

4. Principais Conclusões da resposta às Questões de Avaliação

Realizações e resultados enquadradores

18. O Programa de Formação Avançada financiou, no período de avaliação, 9 114 bolseiros de doutoramento, sendo que 29% foram apoiados exclusivamente pelo PESSOAS 2030 e 28% exclusivamente pelo POCH. De entre as restantes bolsas, 13% foram apoiadas isoladamente por Programas Regionais- PO Norte (8%), PO Centro (4%) e PO Alentejo (menos de 1%). Podendo a mesma bolsa ser apoiada, em períodos diferentes, por vários programas, verifica-se que 2811 bolsas (31%) resultam do financiamento conjunto dos Programas temáticos com Programas Operacionais Regionais - dentro deste financiamento conjunto, 1 687 (19% do total de bolsas financiadas) foram financiadas conjuntamente no PT 2020 e PT 2030, garantindo a continuidade de financiamento das bolsas.

19. A maioria dos bolseiros (83%) desenvolveram o projeto em ambiente académico e os restantes 17% em ambiente não académico. No que respeita à localização, a maioria dos projetos foi desenvolvida exclusivamente em Portugal (77%), seguindo-se as bolsas mistas que envolvem períodos em Portugal e no Estrangeiro (18%) e, com menor expressão, bolsas de doutoramento realizados exclusivamente no estrangeiro (5%).

20. O perfil dos bolseiros evidencia uma predominância de mulheres (60%), jovens (71% dos bolseiros tem menos de 29 anos) e nacionais portugueses (75% dos bolseiros são portugueses, 6% dos PALOPS e 3% de outros Estados-Membros da União Europeia).

21. O acesso às bolsas ocorre através de quatro tipologias de concurso, verificando-se uma forte concentração nos concursos individuais (85%), seguindo-se as bolsas associadas a programas de doutoramento (13%). Os projetos de doutoramento repartem-se pelas áreas de conhecimento Frascati, com maior incidência nas enquadradas em Engenharia e Tecnologia (27%), seguidas das Ciências Sociais (17%) e das Ciências Médicas e da Saúde (15%). A maioria dos bolseiros desenvolveu o doutoramento numa única instituição de acolhimento (60%), verificando-se ainda um grupo significativo que esteve associado a duas instituições (30%) e uma minoria que desenvolveu o projeto em três ou mais instituições (10%), o que corresponde a uma média de 1,5 instituições por bolseiro.

22. Os apoios evidenciam assim uma cobertura geográfica desigual, concentrando-se sobretudo nas regiões Norte e Centro, em linha com a distribuição territorial das instituições conferentes de grau e da capacidade instalada de I&D, assim como do tecido empresarial, o que reduz a acessibilidade relativa noutros territórios, em particular no Alentejo. Do ponto de vista social, os apoios revelam abrangência relevante em diferentes perfis de beneficiários,

com forte participação de mulheres, de bolseiros jovens e de beneficiários de diferentes nacionalidades, refletindo capacidade de resposta a necessidades diversificadas de acesso à formação avançada.

Relevância

23. Os apoios à formação avançada apresentam um grau elevado de alinhamento formal com as prioridades europeias e com as estratégias nacionais. A ênfase na qualificação de recursos humanos, na aproximação entre ciência e empresas e na especialização inteligente encontra tradução direta na arquitetura dos instrumentos de apoio e nas modalidades de doutoramento promovidas.

24. O modelo programático dos apoios evoluiu de um desenho mais disperso (POCH + Programas Regionais) e assente numa aposta inicial em Programas Doutorais/bolsas individuais/bolsas de investigação e metas de alinhamento parcial com RIS3, para um modelo reconfigurado (reprogramação 2018) que concentrou a execução nos Programas Regionais e abandonou a lógica dos Programas Doutorais. No PT2030, consolida-se um modelo mais diretivo e orientado para resultados, ao impor alinhamento total com ENEI/EREI e ao apostar na via não académica, incluindo novas linhas como o Doutor-AP. Por outro lado, a avaliação demonstra que a preocupação com o *inbreeding* académico no sistema científico e de ensino superior português mantém relevância, mas os mecanismos adotados no PT2020 revelaram limitações significativas de aplicabilidade, proporcionalidade e eficiência administrativa. A utilização de limites quantitativos rígidos mostrou-se difícil de verificar, geradora de custos operacionais elevados e pouco ajustada a programas de pequena dimensão, áreas científicas especializadas ou contextos territoriais com menor densidade institucional. Assim, o objetivo de promover maior abertura e mobilidade académica deve ser preservado, mas através de mecanismos mais flexíveis, proporcionais e orientados por incentivos e monitorização.

25. Apesar de as RIS3 terem contribuído para estruturar o alinhamento dos apoios, a sua aplicação revelou limitações claras de focalização e de operacionalização, reduzindo a capacidade de orientar de forma seletiva a formação avançada para prioridades efetivamente diferenciadoras. Em contrapartida, o reforço dos doutoramentos em ambiente não académico no PT2030 constitui uma opção adequada para intensificar a transferência de conhecimento e a valorização económica da investigação, desde que acompanhada por salvaguardas de qualidade científica e regras de implementação robustas.

26. O modelo programático demonstrou capacidade de adaptação relevante, ao reconfigurar-se com a reprogramação de 2018 (mudança de fronteiras e concentração nos Programas Regionais) e ao acomodar choques exógenos como a COVID-19 através da prorrogação de bolsas, preservando a ambição da intervenção. Ainda assim, a mudança não resolveu o desafio central de orientar a política para transformações sistémicas, mantendo-se ancorada em estratégias RIS3 com limitada direccionalidade e priorização — uma limitação particularmente relevante quando a política de bolsas e de ensino superior tem uma orientação nacional e quando as Instituições de Ensino Superior (e as redes de investigação associadas) têm, frequentemente, dinâmicas e cadeias de valor suprarregionais — sendo que poderia haver benefícios em contemplar alternativa ou supletivamente abordagens mais orientadas por missões transformadoras e melhor coordenação multinível.

27. Portugal registou uma convergência sustentada face à média da UE no período 2013-2023, com progressos claros na despesa e emprego em I&D e no reforço do *stock* de doutorados, mas mantém um diferencial relevante em intensidade de investimento em I&D e sobretudo na transformação desse esforço em resultados de inovação e valorização económica (patentes) em níveis comparáveis aos europeus.

28. A principal motivação dos bolseiros para frequentar o doutoramento continua a ser ingressar numa carreira académica. Os apoios mostram-se globalmente adequados às necessidades dos bolseiros, ao viabilizarem a frequência do doutoramento e ao promoverem ganhos claros de competências, oportunidades profissionais e valorização pessoal, com processos e critérios de avaliação percecionados como maioritariamente apropriados.

Coerência (interna)

29. A arquitetura do instrumento, inicialmente financiado pelo programa temático e pelos programas regionais exigia, na fase de implementação, uma forte articulação entre os Programas financiadores – responsáveis por definir as condições de elegibilidade dos seus AAC e assegurar um grau satisfatório de alinhamento com as estratégias nacionais e regionais (ENEI/EREI) – e a FCT, entidade beneficiária e executora da medida, como forma de garantir coerência entre os objetivos estratégicos dos Programas e os procedimentos de atribuição das bolsas. A articulação interinstitucional ocorreu sobretudo a montante e de forma predominantemente formal, não se traduzindo numa integração estratégica contínua — em particular no que respeita à incorporação efetiva das prioridades de especialização inteligente nos concursos nacionais e à verificação sistemática do alinhamento na execução.

30. A ausência de incentivos por parte da FCT para integrar critérios de especialização inteligente nos seus concursos nacionais limitou a coerência interna do sistema e o impacto potencial da medida, fragilizando a lógica de gestão integrada pensada em sede de programação.

31. A natureza da política de bolsas, de âmbito nacional (ou pelo menos Continental), gerida pela FCT, a par da complexidade da gestão dos concursos nacionais e da posterior atribuição das bolsas torna difícil a compatibilização com a lógica de descentralização regional implícita no envolvimento de vários programas financiadores. Um modelo de centralização de financiamento no programa temático, como previsto no PT 2030, garante maior eficiência na aplicação dos apoios e maior coerência com uma política nacional onde persistem programas multi-instituições e multi-regiões que acolhem bolseiros nacionais e internacionais de diversas origens.

32. As modalidades de bolsa configuram, em geral, um *policy mix* complementar, ao combinarem uma modalidade-base (BD geral) com instrumentos de maior ancoragem institucional (bolsas em unidades de I&D), foco temático/sectorial (Protocolos) e orientação explícita para transferência e empregabilidade fora da academia (ambiente não académico/empresa), ampliando o alcance do apoio a diferentes perfis e contextos. Foram identificadas áreas de sobreposição que decorrem sobretudo de fronteiras operacionais pouco explícitas (temas e *outputs* semelhantes entre BD geral, Unidades e Protocolos), num quadro em que não existem obrigações institucionais diferenciadoras e mecanismos sistemáticos de acompanhamento/valorização (sobretudo nas bolsas em Unidades e, em parte, em Protocolos), fazendo depender a diferenciação mais da maturidade e iniciativa das entidades de acolhimento do que do desenho do instrumento.

Coerência (externa)

33. Os apoios às bolsas de doutoramento financiados pelos FE inserem-se num portefólio amplo e articulado de políticas de qualificação avançada, investigação e inovação que cobre o ciclo completo — do acesso e realização do doutoramento (incluindo internacionalização e condições de acolhimento) até à transição para o emprego científico e à absorção de doutorados pelo sistema de inovação. A evidência sugere que a sobreposição é limitada e a coerência é reforçada pela complementaridade, quer pela diferenciação territorial (FE focados nas regiões menos desenvolvidas, complementados por financiamento nacional noutras regiões), quer pela diferenciação de âmbito, condicionalidades e horizonte de aplicação dos instrumentos (iniciativas temáticas/públicos específicos, requisitos de enquadramento e calendários / duração / contratualização), incluindo no caso das Agendas Mobilizadoras (PRR), cujo apoio a doutorandos é tipicamente instrumental e dependente do projeto.

34. A complementaridade entre os instrumentos é assumida de forma explícita na programação (PT2020, PT2030 e Acordo de Parceria), com orientação para coordenação entre instrumentos e redução da fragmentação no financiamento. Na prática, essa complementaridade é assegurada sobretudo por mecanismos de demarcação de fronteiras de financiamento (mais efetiva intra-FE) e de controlo de duplo financiamento, mais do que por uma integração operacional consistente entre instrumentos (sobretudo entre instrumentos FE e outros) e atores, não evitando assim a fragmentação de instrumentos e a consequente dificuldade acrescida no acesso por parte dos potenciais beneficiários.

35. No ecossistema FE, existiu alguma articulação entre atores e Programas na fase de lançamento dos avisos, efetuada sobretudo no âmbito das redes temáticas, mas não se consolidou em rotinas de coordenação na execução capazes de garantir, de forma sistemática, complementaridade e sinergias na operacionalização dos apoios. Já na articulação extra FE (ex. PRR), a coordenação foi mais pontual e centrada no controlo de duplo financiamento, sendo que os bolseiros tendem a percecionar um sistema fragmentado e pouco previsível na "trajetória pós doutoramento", enquanto as instituições de acolhimento/empregadoras reconhecem a relevância dos instrumentos complementares (sobretudo para contratação), mas apontam dispersão, baixa divulgação e falta de mecanismos operacionais integrados que maximizem o efeito combinado das diferentes fontes.

36. A articulação entre entidades gestoras, beneficiários e atores do SCTN é limitada e não se prolonga para um acompanhamento harmonizado e sistemático dos percursos dos bolseiros, ficando a monitorização fragmentada e dependente de iniciativas pontuais da FCT, das próprias instituições ou de outras entidades públicas. Para os bolseiros, esta fragilidade traduz-se em menor previsibilidade e orientação sobre trajetórias pós-doutoramento; já para as instituições de acolhimento/empregadoras, apesar de reconhecerem valor e resultados positivos do instrumento, a falta de diálogo contínuo e de planeamento conjunto limita a capacidade de alinhar expectativas (ex. propriedade intelectual, desenho dos doutoramentos) e de maximizar sinergias com programas complementares, em especial fora do ecossistema FE.

Eficiência

37. Verifica-se uma adequação e suficiência da dimensão financeira dos apoios concedidos pelos PO financiadores às bolsas de doutoramento, uma vez que os montantes colocados a concurso foram integralmente comprometidos, os valores das bolsas estão regulamentados e as metas dos indicadores de realização foram alcançadas.

38. Os critérios de elegibilidade e financiamento adotados nos concursos lançados pelas AG são coerentes com as orientações dos PO relativamente às prioridades definidas em sede de programação. A utilização de matrizes de avaliação de alinhamento das bolsas com a RIS 3 permitiu ter um referencial comum gerador de eficiência na

análise das candidaturas, mas a não verificação sistemática do alinhamento na execução, limitou o nível de alinhamento desejado em sede de programação.

39. Os critérios de avaliação dos concursos da FCT mantiveram-se relativamente estáveis, mas evoluíram nas ponderações atribuídas a cada componente, reduzindo o peso relativo do mérito do candidato e valorização do plano de trabalhos. No Portugal 2030, os critérios consideram, de forma pertinente, a diferenciação entre modalidades, adaptando, na linha não académica, as exigências subjacentes ao plano de trabalhos e ao contexto de acolhimento, em linha com os objetivos do instrumento.

40. Os Concursos para Atribuição de Bolsas de Doutoramento Individuais lançados entre 2016 e 2021 registaram taxas de aprovação crescentes (entre 26% e 45%). A partir de 2022 os concursos específicos para candidatura em Ambiente Não Académico exibem, em linha com as prioridades definidas pelo PT 2030, os níveis de aprovação mais elevados (75%), face a níveis de 35% nas linhas gerais. No período de avaliação, a proporção de bolsas financiadas no total das bolsas aprovadas oscilou entre 45% e 60%, refletindo a enorme importância deste instrumento na política mais global de reforço da qualificação ao nível do 3º ciclo do ensino superior.

41. Os bolseiros percecionam de forma globalmente positiva várias dimensões operacionais dos concursos da FCT, designadamente o momento de abertura, o prazo de candidatura, a clareza da informação disponibilizada e o processo de submissão. Os prazos de análise das candidaturas e (nos concursos de bolsas individuais 4 meses para os resultados provisórios e 7 para os finais, conhecidos já depois do início do ano letivo) e os atrasos no primeiro pagamento da bolsa, são os aspetos considerados mais negativos, mitigando a previsibilidade, oportunidade e atratividade do apoio.

42. O sistema de informação da FCT encontra-se orientado para a gestão operacional das bolsas, não assegurando, de forma estruturada, a rastreabilidade longitudinal, a consolidação ao nível do bolseiro e a disponibilização de variáveis analíticas críticas para monitorização e avaliação dos apoios, como comprovam as limitações metodológicas identificadas na presente avaliação. Limita assim a produção de evidências de suporte à introdução de ajustamentos na política de bolsas e no programa de Formação Avançada.

43. As diferentes modalidades de bolsa mostram-se globalmente adequadas às necessidades dos beneficiários, ao combinarem flexibilidade na definição dos projetos com enquadramentos distintos de formação doutoral e ao responderem a motivações e percursos profissionais diferenciados. Persistem, contudo, limitações relevantes, sobretudo nas bolsas em ambiente não académico, onde a insuficiente mediação entre candidatos e entidades de acolhimento e as assimetrias territoriais reduzem a acessibilidade efetiva ao instrumento. Apesar de continuarem a ser um apoio decisivo para viabilizar o doutoramento e gerar ganhos de qualificação e valorização pessoal, as debilidades financeiras, contratuais e de proteção social — agravadas pelo regime de exclusividade — mitigam a atratividade e competitividade do Programa.

44. O custo médio dos doutoramentos apoiados varia entre 64,1 m€ nos doutoramentos concluídos no prazo previsto na programação (5 anos) e 65,9 m€ no conjunto dos doutoramentos concluídos, aumentando para 68,6 m€ nos doutoramentos ainda por concluir, mas já em condições temporais de terem sido concluídos. As diferenças de custo médio são sobretudo explicadas pelas características do próprio doutoramento — em particular duração, internacionalização, regime COVID, área científica e ambiente de realização — mais do que pelo perfil dos bolseiros. O fator que mais faz variar o custo é a componente de internacionalização, com os doutoramentos realizados exclusivamente no estrangeiro a apresentarem um custo médio de 75,2 m€, face a 51,4 m€ nos realizados exclusivamente em Portugal, seguindo-se o efeito da extensão COVID e as diferenças por área científica. Em sentido inverso, os doutoramentos em ambiente não académico apresentam custos médios inferiores aos realizados em ambiente académico, sugerindo que a eficiência financeira do instrumento depende sobretudo da duração efetiva das bolsas e da composição das modalidades apoiadas.

Eficácia

45. A análise dos valores dos indicadores de realização, evidencia a superação das metas estabelecidas na generalidade dos programas financiadores quer no que respeita ao PT2020 quer já ao PT2030. Relativamente ao indicador de resultado (doutoramentos concluídos em 5 anos), a execução aferida em sede de relatórios de execução ficou transversalmente aquém das metas estabelecidas. Não obstante a análise de indicadores calculados a partir das bases de dados dos bolseiros apoiados evidencia um desempenho globalmente mais positivo, com uma taxa de conclusão global dos doutoramentos de 70,8%, uma taxa de conclusão em cinco anos de 66,4% e um tempo médio de conclusão de 4,8 anos, próximo da duração prevista para estes programas.

46. O prazo médio de conclusão apresenta uma reduzida dispersão entre categorias, situando-se entre 4,5 e 5,6 anos. Os homens concluem ligeiramente mais depressa (4,7 anos) do que as mulheres (4,9 anos), embora a diferença seja pouco expressiva. Os doutoramentos em ambiente não académico apresentam um prazo médio inferior (4,6 anos) ao dos doutoramentos académicos (4,8 anos), sugerindo maior orientação para objetivos concretos e aplicação prática da investigação. Por localização da instituição, os valores são bastante homogéneos, variando entre 4,7 e 5,1 anos. Destaca-se a Região Autónoma dos Açores com um valor de 5,6

anos, embora seja provável que tal resultado reflita um número reduzido de casos. Por área científica, as ciências exatas (4,5 anos) e as engenharias e tecnologias (4,6 anos) registam os menores tempos médios de conclusão, enquanto as humanidades apresentam o valor mais elevado (5,1 anos). Este padrão é consistente com a natureza das metodologias de investigação, mais individualizadas e extensivas nas áreas das humanidades e ciências.

47. Contudo, observam-se diferenças relevantes entre grupos de beneficiários, áreas científicas, regiões e grupos etários quanto as taxas de conclusão. Os homens apresentam taxas de conclusão superiores às mulheres (76,0% versus 67,2%), diferença que se mantém quando considerada a conclusão até cinco anos (70,8% versus 63,4%). Os doutoramentos não académicos revelam resultados significativamente mais favoráveis, com uma taxa de conclusão de 78,9%, comparativamente a 69,4% nos doutoramentos académicos. Este resultado sugere que a ligação a contextos profissionais ou empresariais poderá favorecer a progressão e conclusão dos trabalhos. As diferenças associadas à localização da instituição são também significativas: instituições em Portugal apresentam uma taxa de conclusão de 72,3%, face a 61,1% nas instituições estrangeiras. Já os programas mistos apresentam uma taxa intermédia (68,9%). A análise regional revela diferenças mais pronunciadas. O Norte apresenta a taxa de conclusão mais elevada entre as regiões com volume significativo de observações (73,3%), seguido do Centro (69,3%). A Grande Lisboa (59,5%) e o Alentejo (55,2%) registam níveis de conclusão mais baixos. As taxas de conclusão até cinco anos seguem um padrão praticamente idêntico, indicando que as diferenças regionais decorrem sobretudo da conclusão efetiva dos doutoramentos e não apenas de atrasos temporais. Por área científica, as diferenças são particularmente relevantes. As ciências exatas (81,3%) e as engenharias e tecnologias (79,3%) apresentam as taxas de conclusão mais elevadas (conjugando simultaneamente os prazos médios mais curtos como já se viu). Seguem-se as ciências médicas e da saúde (68,9%), ciências sociais (66,1%), ciências naturais (65,0%) e ciências agrárias (63,3%). As humanidades registam a taxa de conclusão mais baixa (58,8%) (acompanhada também do maior tempo médio de conclusão, 5,1 anos). Por grupo etário, a idade de ingresso apresenta associação com o sucesso de conclusão, embora de forma não linear. Os melhores resultados observam-se entre os bolseiros dos 45-49 anos (76,7%), seguidos dos grupos de 20-24 anos (73,6%), 40-44 anos (72,3%) e 25-29 anos (71,8%). As taxas diminuem nos grupos etários intermédios dos 30-39 anos (63%-65%), possivelmente devido à maior conciliação entre responsabilidades profissionais e familiares. O grupo dos 55-60 anos apresenta a taxa de conclusão mais baixa (60%).

48. As bolsas de doutoramento apoiadas permitiram contributos consideráveis para os indicadores de C&T, nomeadamente ao nível de indicadores como o número de artigos indexados na *Web of Science* ou o número de Patentes registadas. Os artigos científicos publicados em revistas indexadas pelos bolseiros de doutoramento apoiados terão representado cerca de 17% do indicador de Produção Científica Portuguesa (DGEEC) de Número de artigos indexados na *Web of Science* para o horizonte de 2014 a 2024 (para o conjunto dos bolseiros) e 11% no caso de bolsas individuais de doutoramento. Comparando o número de Patentes registadas no quadro das bolsas apoiadas com o número de Concessões de invenção nacional de 2014 a 2024 (Estatísticas de propriedade industrial, INPI), verifica-se que os bolseiros apoiados representaram 35% para o total da amostra e 23% no caso das bolsas individuais de doutoramento.

49. Em termos genéricos, verifica-se que o alcançar dos objetivos é facilitado pelo alinhamento entre os interesses do bolseiro e da instituição de acolhimento. As condições da bolsa poderão assumir maior relevância nos locais com maior pressão dos custos, em particular de habitação. Questões operacionais como a transparência dos critérios de seleção, a previsibilidade dos calendários, em particular a divulgação antes do início do ano letivo e a celeridade dos processos administrativos terão tido alguma influência sobre a eficácia das intervenções.

Impacto

50. As bolsas de doutoramento apoiadas aumentaram de forma significativa a probabilidade de conclusão do doutoramento, sendo esse efeito transversal à generalidade dos doutorandos sendo superior nos homens (21,7 p.p.) do que nas mulheres (18,2 p.p.), estatisticamente significativos nas 4 NUTS II, sendo o efeito mais forte no Norte e em Lisboa; diminuindo com a idade; idêntico nos doutoramentos STEM e não STEM; o dobro nos doutoramentos em empresas e apenas significativos para doutoramentos em IES públicas. As bolsas tiveram um efeito de aumento do tempo de conclusão do doutoramento, o que se pode justificar pelo facto de os bolseiros utilizarem o prazo global da bolsa.

51. As bolsas não aparentam ter um efeito diferencial estatisticamente significativo na probabilidade de estar empregado após a conclusão de doutoramento, também porque a generalidade dos doutorados está empregada. Já se consideradas apenas as Bolsas de Doutoramento em Ambiente empresarial, verificam-se efeitos elevados e significativos no rendimento e qualidade da inserção profissional, estando associadas a vínculos mais estáveis e a maior capilaridade com o mercado, sendo mais propensas a *spin-offs* e outras formas de transferência de conhecimento.

52. As bolsas de doutoramento apoiadas tiveram um impacto significativo na Ciência, Tecnologia e Inovação e no desenvolvimento regional, contribuindo de forma expressiva para a produção científica e tecnológica nacional e

para a redução das assimetrias territoriais, ao reforçar capacidades locais, promover a retenção de talento e gerar efeitos económicos diretos nas regiões menos desenvolvidas.

Sustentabilidade

53. Apesar de se registarem níveis de sustentabilidade diferenciados dos resultados em diferentes ambientes e áreas científicas, a evidência aponta no sentido de uma crescente consciencialização de todos os *stakeholders* relativamente à importância dos recursos humanos altamente qualificados, o que tende a favorecer a perenidade dos resultados e impactos de programas de formação avançada como o objeto da presente avaliação.

54. As entidades de acolhimento estão interessadas e preparadas para o acolhimento dos bolseiros, dispondo dos recursos e experiência para potenciar os projetos, incluindo estruturas permanentes de apoio à transferência e partilha de conhecimento. Estas entidades são maioritariamente reincidentes no acolhimento de bolseiros de doutoramento e declaram capacidade para valorizar o conhecimento gerado no projeto e, no caso do ambiente não académico, para o transformar em inovação de processos e produtos. A correspondência entre as competências dos doutorados e as suas funções profissionais, ainda que menos pronunciada nas empresas, sustenta a contínua introdução de conhecimento na economia. Os doutoramentos permitiram este alinhamento que por sua vez impacta positivamente as dinâmicas de inovação das entidades empregadoras, embora com uma capacidade mais limitada de impactar a sua estratégia.

55. Os doutoramentos nas regiões menos desenvolvidas têm capacidade para fixar os doutorados, ainda que entidades e bolseiros mostrem receios relativamente ao grau de desenvolvimento e maturidade tecnológica das empresas da região onde residem. Neste contexto, as estratégias RIS3 desempenham um papel limitado, desacreditado pelas entidades, bolseiros e ex-bolseiros inquiridos.

56. A análise efetuada permite apontar no sentido de que a integração de doutorados contribui de forma decisiva para a institucionalização de sistemas de I&D, o reforço da capacidade de inovação e o aumento do conhecimento tecnológico nas empresas, IES e unidades de investigação, embora com efeitos diferenciados consoante a dimensão e maturidade das entidades. O reforço sustentado da *pool* de doutorados cria condições para a perenização dos impactos das bolsas, ao fortalecer competências internas, liderança científica e capacidade de gestão de projetos, permitindo às instituições aumentar a captação de financiamento competitivo e reduzir a dependência de apoios programáticos. Simultaneamente, promove a diversificação das fontes de financiamento, a valorização económica do conhecimento e a internacionalização, através da transferência de conhecimento, da exploração de propriedade intelectual e da integração em redes e consórcios internacionais de financiamento.

57. A análise mostra ainda que as políticas de formação avançada têm revelado uma elevada capacidade de adaptação e resiliência, ajustando prioridades e instrumentos com base na monitorização da realidade, nas lições aprendidas e em choques exógenos, como a reprogramação de 2018 e a pandemia. Estes ajustamentos permitiram reforçar o alinhamento estratégico das intervenções (nomeadamente com as ENEI/EREI, a redução da endogamia e a valorização do contexto não académico), embora persistam limitações no acompanhamento atempado dos resultados, que podem ter condicionado a maximização do impacto. Neste contexto, a análise aponta como via de aperfeiçoamento futuro o reforço da flexibilidade dos instrumentos, através também de abordagens mais orientadas por missões transformadoras e de uma coordenação multinível mais eficaz.

Valor Acrescentado Europeu

58. A análise realizada demonstra que o financiamento europeu associado às bolsas de formação avançada constitui um complemento estratégico ao financiamento nacional, permitindo aumentar significativamente o número de bolsas e projetos de doutoramento apoiados.

59. Assim, o principal valor acrescentado europeu surge em termos do volume das intervenções, contribuindo para a redução do atraso português em termos dos indicadores de recursos humanos altamente qualificados.

60. Uma segunda dimensão de valor acrescentado europeus faz-se sentir por via da exigência de alinhamento com as estratégias regionais/nacional de especialização inteligente o que faz com que o reforço de doutoramentos nestas áreas seja mais relevante.

61. Por fim, ao privilegiar as regiões menos desenvolvidas, os Fundos Europeus contribuem também para reduzir desigualdades territoriais históricas no acesso à formação avançada, reforçando capacidades científicas locais e robustecendo os sistemas regionais de I&D e assim promovendo um desenvolvimento mais equilibrado e inclusivo.

62. Os apoios apresentam um elevado alinhamento com as prioridades europeias e nacionais, especialmente na qualificação de recursos humanos, na ligação entre ciência e empresas e na especialização inteligente.

63. Estes apoios inserem-se também num conjunto articulado de políticas de investigação e inovação, com forte coerência e complementaridade entre instrumentos, o que potencia o impacto das intervenções. Contudo, a

avaliação identificou margem para melhorar a articulação e divulgação dos diferentes instrumentos de financiamento, uma vez que alguns *stakeholders* desconhecem oportunidades existentes.

64. Destaca-se igualmente a importância de manter instrumentos diferenciados em termos de objetivos, regras e condições de aplicação, evitando a uniformização excessiva dos modelos de apoio, que pode limitar a capacidade de responder a diferentes necessidades e públicos.

65. Por outro lado, os apoios à formação avançada tiveram um impacto estrutural e sustentado nos indicadores de C&T, na transferência de conhecimento e na interação com o tecido produtivo, ao mesmo tempo que reforçaram e consolidaram as instituições de I&D através da integração de doutorados, potenciando a sua capacidade científica, de inovação, financeira e de internacionalização.

66. Ao terem potenciado as intervenções, os fundos europeus contribuíram para potenciar estes efeitos. A evidência aponta para uma crescente consciencialização dos *stakeholders* e para uma maior capacidade das entidades de acolhimento em integrar e valorizar doutorados, o que reforça a institucionalização dos sistemas de I&D, a inovação e a transferência de conhecimento, contribuindo para a sustentabilidade a longo prazo dos resultados e impactos dos apoios europeus.

5. Recomendações

67. No momento de entrega da presente avaliação, as funções da FCT foram integradas na Agência para a Investigação e Inovação (AII), pelo que as recomendações dirigidas à FCT surgem nos quadros seguintes dirigidas à AII. Os destinatários das recomendações encontram-se apresentados em duas linhas diferenciadas, sendo referidos na primeira linha os destinatários principais da recomendação (sugeridos enquanto atores relevantes para assumir a liderança da operacionalização da recomendação) e na segunda linha os destinatários complementares.

R1	Reforçar a governação, a coordenação institucional e a participação dos *stakeholders* no desenho, implementação e ajustamento da política
	• Reforçar mecanismos permanentes de coordenação e aprendizagem no âmbito do próprio Programa de Formação Avançada, valorizando mais o papel do Comité de Acompanhamento e das redes temáticas como espaços de acompanhamento estratégico, concertação e ajustamento da intervenção ao longo da execução. Essa articulação, liderada pelos programas financiadores, não se deve limitar à fase de programação e lançamento dos avisos, mas prolongar-se de forma estruturada ao acompanhamento da implementação, à identificação de constrangimentos e à introdução de melhorias. Esta articulação deve promover um envolvimento mais sistemático das entidades de acolhimento, das IES e dos representantes dos bolseiros, de modo a recolher feedback regular sobre acolhimento, previsibilidade dos percursos, desenho dos instrumentos e necessidades emergentes do sistema. • A articulação entre os programas financiadores e a Agência para a Investigação e Inovação deve também ser mais efetiva durante a operacionalização dos apoios, implicando um reporte do beneficiário aos financiadores, que permita acompanhar o alinhamento dessa operacionalização com os objetivos estabelecidos na programação e em sede de candidatura da Agência para a Investigação e Inovação aos avisos de concurso, com destaque para a verificação de critérios como o alinhamento com a RIS3 ou outros que se venham a adotar.
Destinatários	
Agência para a Investigação e Inovação, programas financiadores Redes temáticas, Comité de Acompanhamento	

R2	Tornar mais claro o modelo de financiamento de uma política nacional e de prioridades regionais e reduzir a fragmentação operacional entre programas financiadores

- Ponderar uma articulação distinta entre programas financiadores e eventual especialização dos diferentes programas em instrumentos complementares com a consolidação de um modelo de financiamento mais coerente com a natureza nacional da política, centrado no programa temático, mas articulado com os programas regionais;
- Clarificar responsabilidades entre Agência para a Investigação e Inovação, programa temático e programas regionais e evitar dispersão administrativa e critérios regionais de difícil aplicação a redes multi-institucionais e multi-regionais;
- Garantir, mesmo em modelo mais centralizado, mecanismos robustos de articulação com prioridades e necessidades territoriais.

Destinatários

Agência para a Investigação e Inovação, programas financiadores
CCDR, Redes temáticas Comité de Acompanhamento

R3	Continuar a explorar instrumentos diversificados para responder às necessidades identificadas pelos diferentes *stakeholders*, continuando a promover doutoramentos em ambiente não académico, como forma de reforçar a ligação entre SCTN e os doutorandos e as empresas, e programas doutorais, para responder a áreas científicas especificas ou objetivos de investigação particulares

- Ponderar a recuperação do modelo de Programas de Doutoramento, introduzido em 2015 como instrumento complementar aos concursos individuais lançados pela Agência para a Investigação e Inovação como forma de promover um alinhamento entre a formação e as necessidades do tecido económico e social dos territórios, mas acautelando a superação de alguns problemas administrativos identificados na experiência de utilização deste instrumento.
- Neste quadro, importa proceder à revisão dos mecanismos de prevenção do *inbreeding*, no sentido de substituir limites rígidos por critérios de valorização da mobilidade académica, clarificar o conceito operacional de endogamia, adaptar os requisitos à escala e natureza dos programas doutorais e criar um sistema de monitorização *ex post* dos percursos institucionais dos bolseiros. A informação recolhida a este nível deverá ser utilizada para acompanhamento estratégico e melhoria contínua dos instrumentos, evitando que o controlo da endogamia se traduza em encargos administrativos excessivos ou em restrições desproporcionadas à execução das bolsas.
- Definir com maior clareza a função de cada modalidade (BD geral, Unidades de I&D, Protocolos, ambiente não académico e Programas de Doutoramento); estabelecer outputs, resultados esperados e obrigações institucionais diferenciadas por modalidade; reduzir sobreposições funcionais entre modalidades.
- Consolidar os doutoramentos em ambiente não académico como instrumento de investigação aplicada e de valorização económica do conhecimento, clarificando o seu propósito prioritário de resposta a necessidades concretas de empresas, administração pública e outras organizações. Definir de forma mais explícita as condições de acolhimento e de co-supervisão entre a instituição de ensino superior e a entidade não académica, assegurando um enquadramento adequado do projeto desde o início. Estruturar modelos claros para a gestão de propriedade intelectual, confidencialidade, resultados transferíveis e eventual exploração económica, reduzindo incertezas e prevenindo conflitos.
- Reforçar a capacidade institucional das entidades não académicas para acolher doutorandos, acompanhar o desenvolvimento do trabalho e integrar os resultados produzidos, valorizando o contributo efetivo desta modalidade para a inovação.
- Criar mecanismos de mediação e preparação prévia entre orientadores, entidades de acolhimento e candidatos, de modo a alinhar expectativas, funções e objetivos antes da submissão das candidaturas.
- Recolher de forma mais sistemática contributos das entidades de acolhimento e do tecido empresarial, para ajustar o desenho da modalidade às necessidades reais dos contextos de aplicação.

Destinatários

Agência para a Investigação e Inovação
Programas financiadores, Instituições de acolhimento (por via da Agência para a Investigação e Inovação)

R4	Adotar modelo mais flexível de identificação de objetivos em termos de prioridades, áreas científicas ou alinhamento com estratégias, para permitir melhor resposta a desafios societais dinâmicos e em mutação ou a necessidades particulares de determinados territórios

- Ponderar a possibilidade de dinamização de concursos especiais para responder a necessidades identificadas pontualmente ou em ambientes específicos.
- Contemplar as missões transformadoras como uma nova arquitetura política capaz de reconfigurar o papel das RIS3 no ecossistema de políticas de inovação, orientando-as para resolução de problemas públicos complexos.
- Criar mecanismos de articulação multinível que acomodem a natureza nacional da política de bolsas e as dinâmicas supra-regionais das IES e redes científicas (R2).

Destinatários

Agência para a Investigação e Inovação
CCDR, programas financiadores

R5	Melhorar a articulação entre os múltiplos instrumentos de políticas de qualificação avançada, investigação e inovação, reduzindo a fragmentação percecionada dos apoios e potenciando a sua compreensão por parte dos potenciais candidatos

- Construir uma estratégia explícita para o percurso pós-doutoramento, que articule de forma mais coerente os diferentes instrumentos disponíveis ao longo da trajetória dos doutorados. Para esse efeito, importa integrar melhor as bolsas de doutoramento com os instrumentos de emprego científico, de contratação de doutorados, de apoio à inovação e de absorção de recursos altamente qualificados pelo tecido produtivo.
- Essa articulação – quer na fase de programação, quer na de operacionalização - deverá ser acompanhada por uma informação mais clara e previsível dirigida aos bolseiros, permitindo-lhes conhecer com maior antecedência as saídas possíveis e os instrumentos subsequentes disponíveis após a conclusão do doutoramento. Neste quadro, será igualmente importante reforçar as sinergias entre os apoios à formação avançada e programas complementares, designadamente o CEEC, o FCT-Tenure, o RHAQ, as agendas mobilizadoras e outros instrumentos relevantes integrados na centralização de competências decorrente da reforma administrativa em curso.

Destinatários

Agência para a Investigação e Inovação
ANI e respetiva tutela governamental, Redes temáticas do Portugal 2030, AD&C, programas financiadores fora do ecossistema dos fundos

R6	Criar mecanismos ativos de mediação entre candidatos e entidades de acolhimento, sobretudo no ambiente não académico, para melhorar a acessibilidade efetiva ao instrumento e potenciar o alinhamento entre interesses dos candidatos a doutoramento e das instituições de acolhimento

- Reestruturar a lista ou plataforma de entidades interessadas para a tornar útil e funcional; criar mecanismos de *matching* entre projetos, orientadores e entidades de acolhimento; apoiar candidatos sem redes prévias de contacto; reforçar a divulgação e mediação institucional das modalidades não académicas; apoiar especialmente contextos e regiões com menor densidade de entidades capazes de acolhimento.

Destinatários

Agência para a Investigação e Inovação
ANI

R7	Introduzir eficiência na operacionalização do ciclo de vida das bolsas (lançamento de concursos, análise de candidaturas, publicitação dos resultados e pagamento), garantindo prazos de resposta ajustados e aportando previsibilidade aos apoios

- Antecipar o momento de lançamento de concursos e/ou estabelecer prazos máximos de análise das candidaturas aos concursos lançados pela Agência para a Investigação e Inovação (eventualmente diferenciados em função das modalidades de concurso) que permitam a publicação de resultados provisórios e finais antes do início do ano letivo.
- Estabelecer prazos máximos para o primeiro pagamento das bolsas.

R7	Introduzir eficiência na operacionalização do ciclo de vida das bolsas (lançamento de concursos, análise de candidaturas, publicitação dos resultados e pagamento), garantindo prazos de resposta ajustados e aportando previsibilidade aos apoios

- Simplificar a validação documental pós-aprovação, avaliando a possibilidade de simplificar os requisitos documentais e de tornar mais eficientes os procedimentos de verificação (incluindo estabelecer protocolos de interoperabilidade com entidades que possuem informação solicitada aos bolseiros).
- Continuar a apostar na introdução de novas funcionalidades no sistema de informação da Agência para a Investigação e Inovação e em alterações nas orientações de gestão, de forma a tornar mais eficientes e rápidos os processos de análise das candidaturas, de resposta a pedidos de esclarecimento e reclamações, e de pagamento da primeira bolsa.
- Redirecionar o esforço sobre os recursos humanos em função dos avanços obtidos na automatização dos processos.

Destinatários

Agência para a Investigação e Inovação
Entidades detentoras de dados administrativos solicitados aos bolseiros

R8	Implementar uma estratégia de acompanhamento e monitorização que permita acompanhar a implementação das intervenções, o percurso dos bolseiros e os efeitos dos apoios

- Reforço do sistema de informação da Agência para a Investigação e Inovação, mediante a introdução de identificadores persistentes e históricos estruturados que permitam acompanhar, de forma longitudinal, alterações de modalidade, fontes de financiamento, alinhamento estratégico, percurso académico e trajetória subsequente dos bolseiros, aproximando a arquitetura informacional de uma lógica de monitorização e avaliação;
- Reforço a interoperabilidade entre sistemas (Agência para a Investigação e Inovação/programas financiadores, bases de dados da Segurança Social e de emprego dos doutorados);
- Introdução no sistema de novas variáveis que permitam: acompanhar o percurso dos bolseiros durante e após a conclusão da bolsa, o reporte de alinhamento das bolsas com a RIS3, articular o acompanhamento dos bolseiros com as entidades de acolhimento.
- Garantir interoperabilidade com outras entidades públicas que possuam dados administrativos que são pedidos aos bolseiros durante o ciclo de vida da bolsa e com entidades que produzem informação de suporte às novas variáveis a incluir no sistema;
- Produção de outputs regulares de monitorização orientados para avaliação, incluindo bases anonimizadas, dicionários de variáveis, regras de consolidação e painéis de indicadores que permitam acompanhar não apenas a execução financeira e administrativa, mas também o percurso de implementação, os resultados intermédios e os efeitos observáveis dos apoios, assim como informação sobre o universo das bolsas;
- Sistematizar informação de contacto (mail, pessoa/serviço de contacto) com as entidades de acolhimento;
- Assegurar (pelos programas financiadores) no lançamento dos avisos, cláusulas especificas/critérios de elegibilidade de obrigações contratuais do beneficiário que garantam a monitorização de dados dos bolseiros e a colaboração e participação dos beneficiários na monitorização e avaliação;
- Garantir (pelo beneficiário), na contratualização das bolsas com os apoiados, a obrigação destes prestarem informação e colaboração no âmbito de processos de monitorização e de avaliação.

Destinatários

Agência para a Investigação e Inovação, programas financiadores (em particular a AG que preside à Rede Temática)
Entidades fornecedoras de informação de suporte e detentoras de dados administrativos

R9	Rever o modelo financeiro e contratual das bolsas, reforçando a sua atratividade

- Rever a adequação do elenco e montante de despesas elegíveis e apoios complementares, nomeadamente para conferências, mobilidade, equipamentos, publicações e estadias.
- Rever o regime de exclusividade (no caso de manutenção do atual modelo), avaliando a possibilidade de permitir acumulação com docência em IES.
- Simultaneamente, estudar a transição progressiva de parte das bolsas para vínculos contratuais ou laborais em contextos de maior inserção institucional, testando modelos-piloto em entidades com capacidade para celebrar contratos e definindo critérios claros para distinguir os casos em que a bolsa permanece adequada daqueles em que o contrato é mais ajustado, designadamente em Unidades de I&D, Protocolos, doutoramentos em ambiente não académico e contextos ligados a missão institucional.
- Essa transição deverá ser acompanhada pela avaliação dos impactos orçamentais, laborais e fiscais e pela clarificação do regime de direitos e deveres, incluindo proteção social, parentalidade, doença, férias e segurança social, salvaguardando sempre a qualidade formativa do doutoramento, a flexibilidade dos percursos e a diversidade de perfis de acesso.

Destinatários

Agência para a Investigação e Inovação e respetiva Tutela
AG do PESSOAS 2030 Envolvimento das IES e restantes entidades de acolhimento na implementação; Associações representativas de bolseiros e investigadores; Representantes de empregadores

EY | Building a better working world

EY exists to build a better working world, helping to create long-term value for clients, people and society and build trust in the capital markets.

Enabled by data and technology, diverse EY teams in over 150 countries provide trust through assurance and help clients grow, transform and operate.

Working across assurance, consulting, law, strategy, tax and transactions, EY teams ask better questions to find new answers for the complex issues facing our world today.

EY refers to the global organization, and may refer to one or more, of the member firms of Ernst & Young Global Limited, each of which is a separate legal entity. Ernst & Young Global Limited, a UK company limited by guarantee, does not provide services to clients. Information about how EY collects and uses personal data and a description of the rights individuals have under data protection legislation are available via ey.com/privacy. EY member firms do not practice law where prohibited by local laws. For more information about our organization, please visit ey.com.

About EY-Parthenon

EY-Parthenon teams work with clients to navigate complexity by helping them to reimagine their eco-systems, reshape their portfolios and reinvent themselves for a better future. With global connectivity and scale, EY-Parthenon teams focus on Strategy Realized — helping CEOs design and deliver strategies to better manage challenges while maximizing opportunities as they look to transform their businesses. From idea to implementation, EY-Parthenon teams help organizations to build a better working world by fostering long-term value. EY-Parthenon is a brand under which a number of EY member firms across the globe provide strategy consulting services. For more information, please visit ey.com/parthenon.

© 2026 Ernst & Young, S.A.

All Rights Reserved.

parthenon.ey.com
ey.com/pt